

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.287 - SP (2019/0260844-3)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : **MARCELO AUGUSTO ORSI DUTRA**
ADVOGADOS : **FLÁVIO ANTÔNIO LAZZAROTTO - SP244152**
MICHELLE CRISTINA FRANCELIN - SP322853
PATRICIA RAMALHO EVANGELISTA - SP361845
AGRAVADO : **NOVA MOTORS COMERCIO DE VEICULOS LTDA**
ADVOGADO : **SILVAN MIGUEL DA SILVA E OUTRO(S) - SP120397**
AGRAVADO : **CAOA CHERY AUTOMOVEIS LTDA.**
OUTRO NOME : **CHERY BRASIL IMPORTAÇÃO FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS LTDA**
ADVOGADOS : **LUCIMARA DA SILVA POLVORA - SP238853**
WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO E OUTRO(S) - SP355006
DIEGO CÁSSIO VANZ - SP365596

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por MARCELO AUGUSTO ORSI DUTRA, em face de acórdão assim ementado (fl. 343):

COMPRA E VENDA Aquisição de veículo zero quilômetro que apresentou defeitos no período de garantia Pedido para rescisão do contrato e devolução do valor pago Prova pericial que atesta que defeitos em itens do veículo não o tornaram impróprio ou inadequado ao consumo Desproporcionalidade entre o pedido formulado e a situação de fato comprovada Observância do princípio da boa-fé objetiva , evitado excesso caracterizador de enriquecimento ilícito Situação que poderia ensejar pleito de abatimento proporcional o preço, tal como previsto no art. 18, § 1º, III, do CDC Ação desacolhida Recurso improvido, com observação.

Nas razões do especial, o ora agravante alega violação do art. 18, § 1º, I e II, do Código de Defesa do Consumidor, aduzindo que "as Recorridas somente se propuseram a resolver os defeitos do veículo um ano e meio após o ajuizamento da presente Ação, portanto, inadmissível a concordância com a r. decisão, ao passo que contraria os direitos

inerentes aos consumidores" (fl. 375). Afirma que, conforme o citado dispositivo legal, tem o "direito POTESTATIVO de exigir, conforme sua conveniência, a substituição do produto, a restituição imediata da quantia paga ou o abatimento proporcional do preço" (fl. 378).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

O Tribunal de origem, ao julgar a apelação, concluiu que inexistente a principal motivação para a troca do veículo ou devolução do valor pago, assim se pronunciando (fls. 352):

A queixa principal do autor, que poderia dar alicerce ao seu pedido de rescisão contratual e devolução do valor pago, não foi provada. Com efeito, a questão da vibração do motor e consequente instabilidade foi descartada pelo perito judicial, que realizou testes no automóvel, com a presença de representante do autor, com esta conclusão:

A- Não foi constatada a vibração nem tampouco instabilidade no veículo do Autor. A existência de vibrações está associada principalmente ao desbalanceamento, falta de alinhamento das rodas e descalibragem dos pneus e são problemas passíveis de fácil solução;

A- Os outros problemas constatados, como:

- estrangulamento do dreno do ar condicionado;
- a falta de guarnição de borracha do para-brisas;
- a falta de capa externa do espelho retrovisor;
- outros problemas menores.

Das queixas originais do apelante, trazida com a sua petição inicial, o que restou verificado na prova técnica foi o defeito no aparelho de ar condicionado e a falta de guarnição da borracha do para-brisa, pois a capa externa do espelho retrovisor não era uma delas.

O perito verificou e consignou no laudo apresentado que o veículo que examinou e testou portava boas condições gerais de conservação (fotografias de f. 259) e então já contava quase dois anos de uso, com 48.642 quilômetros rodados, com média mensal de 2.430 km, observando revisões dos 10 e 20 mil km.

A persistir a média mensal de rodagem hoje deverá estar com a marca de 99.000. E por isso se indaga se estes defeitos constatados, no ar condicionado e na guarnição de borracha do para-brisa, o

tornaram (ou o tornam) “impróprio ou inadequado ao consumo”, na dicção do art. 18 da Lei 8.078/90?

A resposta não pode ser outra, senão a de que formulou o demandante pedido desproporcional aos defeitos apresentados. Como não se sabe exatamente porque estes defeitos remanescentes não foram resolvidos na revisão dos 20.000 km no automóvel e a prova neste tema era ônus delas -, seria possível até impor às apeladas um abatimento proporcional do preço pago, com apoio no inciso III do dispositivo legal em que se baseava a petição inicial, mas a devolução integral do valor pago, após a utilização, por muitos anos do veículo, afigura-se medida inadequada do ponto de vista jurídico, caracterizadora de enriquecimento indevido e que atenta contra a boa-fé, ainda mais porque jamais se propôs a devolução do veículo dito defeituoso às rés. Nem na petição inicial, nem no apelo, há tal proposição.

Vale lembrar que se propôs ao autor o reparo dos itens apontados pelo perito judicial, mas ele insistiu nos pleitos maiores.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte. *A contrario sensu*:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO DO CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO AUTOMOTOR. VÍCIO DE QUALIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. CONTROVÉRSIA EMINENTEMENTE FÁTICA E NÃO JURÍDICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ.

1. Não há violação dos arts. 1.022, II, parágrafo único, II, c/c art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, emitindo pronunciamento de forma clara e fundamentada.

2. Na hipótese, constata-se que o Sodalício local não ignorou a regra do art. 18, § 1º, II, do CDC, mas entendeu que, diante das peculiaridades do caso, deveria ser aplicado o art. 18, § 3º do CDC, que prevê a possibilidade de o consumidor fazer uso imediato, ou seja, independentemente da observância do prazo de 30 dias, das alternativas do § 1º do referido artigo de lei, quando, em razão da

extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

3. A tutela jurisdicional foi efetivamente prestada, apenas em desconformidade com os interesses da parte recorrente, circunstância que não revela nenhuma irregularidade no julgamento *a quo*.

4. Ademais, destaca-se que os embargos de declaração não constituem meio idôneo a sanar eventual error in iudicando, não lhes sendo atribuível efeitos infringentes caso não haja, de fato, omissão, obscuridade ou contradição.

5. Quanto à questão de fundo, verifica-se que a instância de origem utilizou como fundamento central de suas razões de decidir o fato de que os vícios realmente foram reparados. Porém, a sequência de defeitos comprometeram a segurança do veículo e a dos seus ocupantes, o que levou à aplicação do § 3º do art. 18 do CDC.

6. No entanto, nota-se que a recorrente trouxe à apreciação do STJ a tese de aplicação do art. 18, caput, e § 6º, III, sob a assertiva de que nenhum dos defeitos tornaram o bem inadequado ou impróprio ao fim a que se destina.

7. A pretensão trazida a esta Corte Superior é eminentemente fática e não jurídica, sendo que a alteração do conteúdo decisório emanado da instância origem demandaria reincursão no acervo probatório dos autos, o que não se admite em recurso especial, ante o óbice da Súmulas 7/STJ.

8. Agravo Interno não provido. (AgInt no AREsp 1268487/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 08/10/2018)

Acrescente-se que a parte recorrente não impugnou todos os fundamentos do acórdão recorrido, não havendo combatido as afirmações de que não comprovado o principal motivo da pretensão; de que não confirmado que levou o veículo até a autorizada; e de que os defeitos constatados não comprometiam sua segurança, sendo inviável o provimento do especial, também, por aplicação da Súmula 283/STF.

Em face do exposto, não havendo o que se reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo e, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro em 10%

Superior Tribunal de Justiça

(dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora